



---SIAPRO---
SR/DPF/MS
08335.0xxxxxx/2011-xxx

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 18/2011
PROCESSO SIAPRO Nº 08335.022363/2011-97

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO Nº. ____/2012-SR/DPF/MS

**CONTRATO QUE SE CELEBRA ENTRE A UNIÃO
FEDERAL, REPRESENTADA PELA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E A EMPRESA
CNPJ**

____NA FORMA ABAIXO:

A União, representada pela SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, sito na Rua Luis Fernando Fernandes, nr. 322 – Vila Sobrinho, Campo Grande/MS – Cep: 79.110-500, com o CGC nº 00.394.494/0084-63, neste ato denominada CONTRATANTE e representada pelo Senhor Superintendente Regional o Senhor _____, brasileiro, casado, Delegado de Polícia Federal, residente nesta capital, portador da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito no CPF/MF sob nº _____, e a empresa: _____, situada à _____, inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominada CONTRATADA e representada por _____, brasileiro, casado, portador do CPF nº _____ e Cédula de Identidade nº _____, tem, entre si, justo e avençado, e celebram o presente contrato que será regido pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato consiste no fornecimento diário de refeições preparadas (Almoço e Jantar), aos custodiados da Superintendência de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1. O fornecimento ora contratado foi objeto de Licitação, sob modalidade de PREGÃO, conforme Processo **SIAPRO Nº 08335.022363/2011-97** e Edital registrado sob o n.º de ordem 18/2011, que passará a fazer parte integrante deste e a ele vinculando-se diretamente, independente de sua transcrição, tudo em conformidade com as disposições da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. Os serviços serão prestados sob o regime de execução indireta, através do sistema de “conta corrente”, ou seja, por meio de requisição de serviço e fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS

4.1. A contratante pagará a contratada o valor unitário de R\$ ____ (____), para fornecimento de almoço e o valor unitário de R\$ ____ (____) para jantar.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. A **CONTRATANTE** obriga-se a proporcionar todas as facilidades e informações para que a **CONTRATADA** possa preparar e entregar as refeições dentro das normas do contrato;

5.2. Repassar as informações necessárias ao cumprimento do contrato em tempo hábil.

5.3. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

5.4. Fiscalizar o presente contrato através do setor competente da **CONTRATANTE**;

5.5. Acompanhar o fornecimento efetuado pela **CONTRATADA**, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão do fornecimento;

5.6. As notificações, deverão ser formais e tempestivas.

5.7. Promover a publicação resumida do Contrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidade, ou sub-contratações não autorizadas pelo contratante.

6.2 - Prestar o serviço objeto deste contrato à Contratante, no prazo fixado, observando as orientações contidas no edital e seus anexos

6.3 - Garantir as condições higiênico-sanitárias e qualidade do objeto licitado, arcando com eventuais consequências, como indisposição alimentar em decorrência de ingestão de alimentos objeto deste contrato;

6.4 - Substituir as refeições em desacordo com o contrato, sem ônus para a contratante;

6.5 - Dispor de instalações físicas e dependências do serviço de alimentação e do serviço;

6.6 - Atender as solicitações de dietas especiais, mediante prescrição média;

6.7 - Controlar a qualidade da alimentação fornecida, armazenando os alimentos de forma adequada, respeitando sua natureza e perecibilidade, não os misturando com produtos de limpeza, descartáveis e similares;

6.8 - Executar o controle dos gêneros e de produtos alimentícios utilizados, quanto à qualidade, estado de conservação, acondicionamento e condições de higiene;

6.9 - Supervisionar, nas etapas de distribuição e entrega, a qualidade, a apresentação, as condições de temperatura e a aceitação das refeições fornecidas, bem como transportar as refeições e descartáveis devidamente acondicionadas e em condições adequadas de higiene e conservação;

6.10 - Manter durante toda a execução do Contrato, a qualidade e uniformidade no padrão de alimentação e no serviço, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.11 - Fornecer, no ato da entrega das refeições, recibo contendo a quantidade fornecida, horário e data da entrega, local para identificação/ assinatura do servidor que recebeu as refeições, e demais informações pertinentes;

6.12 - Responder por ônus decorrentes do transporte, embalagem, seguros, taxas e demais encargos inerentes à execução do serviço objeto deste contrato, que venham incidir na entrega do material.

6.13 - fornecer à contratante o número de refeições, de acordo com a necessidade diária, previamente solicitada.

6.14 - Cumprir os seguintes horários para entrega das refeições, a saber:

Almoço: 11:30 às 12:00;
Jantar : 18:00 às 18:30.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas da presente licitação correrão à conta dos recursos consignados ao Departamento de Polícia Federal, no Orçamento Geral da União para o exercício de 2012, sob a seguinte classificação: Gestão Unidade: 0001 Fonte 100 UG: 200354 Plano Interno 702T-11, Elemento de Despesa: XXXXXXX, conforme Declaração de Disponibilidade Orçamentária nº XXX, de XXXXX, no valor de R\$ XXXXXX.

CLÁUSULA OITAVA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado até o dia 30º (trigésimo) dia, contado a partir do recebimento da nota fiscal ou fatura, que deverá estar devidamente atestada pelo Setor competente da SR/DPF/MS, conforme dispõe o Artigo 40, Inciso XIV, alínea "a" da Lei nº 8.666/93.

8.2. Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado à empresa contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação.

8.3. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% ao ano, devendo ser aplicada a seguinte fórmula:

EM: $I \times N \times VP$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido;

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

V = Valor da parcela em atraso.

8.4. O critério acima aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento.

8.5. Nenhum pagamento será efetuado a contratada, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE

9.1. O presente termo contratual terá **vigência a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2012**, sendo o preço FIRME e IRREAJUSTÁVEL durante o período acima mencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRORROGAÇÃO

10.1. O presente contrato poderá ser prorrogado de acordo com o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1.998, observando-se a dotação orçamentária e financeira a ser alocada para a Superintendência Regional do DPF/MS, mediante Termo Aditivo, desde que haja interesse entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. É expressamente vedado transferir ou ceder o contrato, no todo ou parte, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A CONTRATADA se obriga a reconhecer os direitos da Administração nos casos de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - Constituem motivos para rescisão do presente Termo Contratual, as situações elencadas no artigo 78 da lei que rege este procedimento.

Parágrafo Segundo - A rescisão do presente Contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93.

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

c) Judicial, nos termos da legislação.

Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do Artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa do Contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

I - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS

13.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo representante da administração, especialmente designado pelo Senhor Superintendente Regional do DPF/MS, que anotará, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, como prevê o Artigo 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, serão aplicadas multas em conformidade com os percentuais e nas hipóteses a seguir estabelecidas, as quais incidirão sobre o valor da obrigação assumida e não cumprida:

14.1.1 Advertência por escrito;

14.1.2 multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, a ser aplicada à contratada quando der causa a qualquer infringência das cláusulas e obrigações deste instrumento, além das cominações previstas em lei, bem como recusa injusta da adjudicatária em assinar, aceitar ou retirar o contrato, dentro do prazo estabelecido;

14.1.3 Multa pelo não cumprimento de quaisquer dos horários estabelecidos para fins de entrega das refeições, na forma a seguir:

a) Atraso de 31 minutos a uma hora, multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor total do fornecimento do dia.

b) Atraso de uma hora e um minuto a duas horas, multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor total do fornecimento do dia.

c) Atraso superior a duas horas, multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor total do fornecimento do dia, praticado na ocasião

14.1.4 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, fizer declaração falsa, garantido direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria

autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da aplicação das multas e de outras penalidades previstas no Edital, no Contrato e nas demais disposições legais.

14.2 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Nacional no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. O valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa da União e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.

14.3 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso ao Superintendente Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, no que couber, previsto no artigo 109 da Lei 8.666/93.

14.4 - As sanções só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente, justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

14.5 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

15.1. Independente de sua transcrição, as condições estabelecidas no Edital de Pregão, bem como a proposta da licitante, farão parte integrante do respectivo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Para dirimir quaisquer dúvidas, controvérsias ou casos omissos resultante do presente Contrato, fica eleito o foro da Justiça Federal em Campo Grande/MS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado, é lavrado o presente Termo de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, forma e número, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes contratantes.

Campo Grande/MS, ____ de _____ de 2012.

CONTRATANTE:

.....

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Superintendente Regional

CONTRATADA:

.....

Contratada

TESTEMUNHAS:

a).....
CPF:

b).....
CPF: